

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 21

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin defende reforma tributária e diz que "nosso modelo é caótico" 3

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em evento com prefeitos, Alckmin diz que reforma tributária pode fazer PIB crescer 10% em 15 anos 4

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária traz eficiência econômica e pode fazer PIB crescer 10% em 15 anos, diz Alckmin 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Modelo tributário atual é muito injusto , diz Alckmin a prefeitos 6

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alguns setores terão algum tratamento diferenciado, diz Appy sobre tributária 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Correio debate questões sobre a reforma tributária em evento 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que varejistas criticam Shein, Shopee e AliExpress por contrabando digital no Brasil 10

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI lança agenda legislativa e pede reforma tributária urgente e foco na reindustrialização em 2023 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Visão do Correio: Reformas para o Brasil crescer 15

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil é um dos países com as maiores multas fiscais do mundo 17

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo arcabouço é simples e fácil de ser entendido, defende Simone Tebet 19

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Galípolo, reforma simplifica arrecadação 20

VALOR ONLINE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos não deveriam travar a reforma tributária 21

Terça-Feira, 28 de Março de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas para o Brasil crescer (Editorial) 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos divergem sobre proposta de mudanças 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívida dos Estados pode entrar na reforma 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agronegócio critica taxas de juros, reforma tributária e invasões de terra 27

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos alegam que ações federais terão impacto de R\$ 500 bilhões nas contas dos municípios 30

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Renan Filho diz crer que arcabouço vai garantir investimento com sustentação fiscal 31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator de reforma tributária defende novo sistema com poucas exceções 32

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária está na pauta da Marcha em Defesa dos Municípios 34

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pela 1ª vez, há sinergia na Câmara para aprovação de texto da tributária, diz relator 35

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova regra fiscal vai zerar déficit ainda em 2024, diz Tebet 36

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haverá espaço para negociação sobre exceções na reforma tributária, diz Gabriel Galípolo 37

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.
REFORMA TRIBUTÁRIA

Shoppings pedem exclusão de receita de aluguel em novo imposto na reforma tributária 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tenta conter pressão por exceções na reforma tributária 39

Alckmin defende reforma tributária e diz que "nosso modelo é caótico"

Publicado em 28/03/2023 - 12:42

Por

Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu uma **reforma tributária** que traga eficiência econômica para o país. Representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele falou nesta terça-feira (28) na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Para Alckmin, o modelo tributário brasileiro é "caótico" e "injusto", tanto na cobrança quanto na distribuição de recursos. Segundo o vice-presidente, a disparidade na distribuição varia de R\$ 30 a quase R\$ 9 mil per capita para os municípios.

"Há uma conscientização de que o modelo tributário nosso é caótico, ele leva a uma judicialização altíssima. Ele tem um custo muito elevado para pagar imposto tal é a complexidade tributária. Ele é injusto na maneira como arrecada porque está excessivamente em cima de consumo", disse, comparando que, nos Estados Unidos, os **tributos** sobre consumo são em torno de 20%, enquanto no Brasil chegam a quase 50%.

"Ele [o modelo tributário] dificulta a exportação porque acumula crédito. Ele não estimula investimento. Essa é uma reforma que traz eficiência econômica que é o que o Brasil precisa para crescer mais forte. Estamos confiantes e o caminho é o diálogo. Os prefeitos eram um dos setores de preocupação, mas hoje há um entendimento que a questão federativa se resolve e o importante é a economia crescer mais forte", completou Alckmin.

A **reforma tributária** e o pacto federativo são os temas centrais para os prefeitos nesta edição da marcha, que reúne cerca de 10 mil gestores. A CNM defende a mudança na legislação para que o tributo fique na cidade onde houve o consumo. Atualmente, o dinheiro vai para o município da sede da empresa fornecedora.

Hoje, duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) para a **reforma tributária** que tramitam no Congresso são defendidas pelo Ministério da Fazenda. Elas sugerem a unificação de vários **tributos** e não vão diminuir a arrecadação dos municípios, segundo o

governo federal.

O vice-presidente também destacou as ações do governo federal nesses primeiros 87 dias de gestão. Entre elas, o reajuste do valor da merenda escolar, que estava congelado há cinco anos e foi aumentado em 39%.

Por outro lado, na educação, ele lembrou que ainda há cerca de 350 mil crianças entre quatro e cinco anos que estão fora da escola. Segundo o vice-presidente, é preciso zerar essa fila, pois é dever do Estado universalizar o acesso à educação.

Na saúde, Alckmin citou a pactuação para zerar as filas de cirurgias e exames eletivos, com a liberação de R\$ 600 milhões para os municípios, mas cobrou que os prefeitos avancem na vacinação da população, em especial da vacina do HPV para meninas e meninos. O HPV (papilomavírus humano) é a infecção sexualmente transmissível. O objetivo é diminuir os casos de câncer de colo de útero em mulheres.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/alckmin-defende-reforma-tributaria-e-diz-que-nosso-modelo-e-caotico>

Em evento com prefeitos, Alckmin diz que reforma tributária pode fazer PIB crescer 10% em 15 anos

Brasília

|
Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, voltou a criticar nesta terça-feira (28) o atual modelo tributário do país e afirmou que a proposta a ser apresentada pelo Executivo, possivelmente em abril, poderá fazer o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer 10% em 15 anos. A estimativa foi feita com base em dados do Ministério da Fazenda.

"Temos um modelo tributário caótico, tudo vai para a Justiça, tudo é judicializado. Em São Paulo, quando era governador, pedi uma lista com os 20 maiores devedores do estado: tudo empresa bilionária, as maiores do Brasil. Então, judicializa tudo. Nosso modelo é injusto, arrecada de maneira injusta. Tudo é sobre consumo", completou.

De acordo com o vice-presidente, a **reforma tributária** que será apresentada pelo Executivo tem como objetivo a simplificação. "Precisamos fazer a economia voltar a crescer. Traz eficiência econômica, pode fazer o **PIB** crescer 10% em 15 anos", informou.

Alckmin participou da cerimônia de abertura da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). O tema da edição deste ano, que segue até quinta-feira (30), é o pacto federativo. Participaram ainda do evento diversas autoridades, como os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Nísia Trindade (Saúde).

O grupo técnico do governo que discute o tema espera aprovar a primeira parte da **reforma tributária**, sobre o consumo, ainda no primeiro semestre deste ano. Para isso, o Executivo deve mexer inicialmente apenas nos **tributos** indiretos, buscando uma solução para juntar todas as arrecadações - federais, estaduais e municipais - e criar um novo imposto com valor agregado. A tributação sobre renda, por sua vez, ficaria para o segundo semestre.

O tema da **reforma tributária** volta a ser discutido na tarde desta terça-feira (28) no evento da CNM. Vão participar os ministros Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Fernando Haddad (Fazenda), além dos parlamentares Aguinaldo Ribeiro, relator do texto na Câmara dos Deputados, e Reginaldo Lopes, presidente da comissão, e do secretário extraordinário da área, Bernard Appy.

Para simplificar a cobrança de **impostos**, o governo pretende criar o IVA, Imposto sobre Valor Agregado, para substituir **tributos** federais (PIS/Cofins e IPI), estadual (ICMS) e municipal (ISS). Appy sinalizou que o IVA na reforma seria de 25%, dos quais 9% ficariam para a União, 14% para os estados e 2% para os municípios.

O vice-presidente se limitou a dizer que o arcabouço fiscal, proposta elaborada pela equipe econômica e que vai nortear os gastos públicos do país, está "bem elaborada". Não há, ainda, data para o anúncio da medida que vai substituir o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas da União à **inflação** do ano anterior.

Alckmin informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de 77 anos, "está bem e se recuperando" da pneumonia e da influenza A. Por causa do diagnóstico, o petista segue de repouso, com agendas internas, no Palácio da Alvorada.

O vice-presidente comentou, ainda, a disputa entre a Câmara dos Deputados e o Senado em torno das medidas provisórias, comissões mistas e funcionamento técnico das duas Casas. Alckmin afirmou que o governo acredita no "bom diálogo" para que o processo legislativo aconteça.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-em-evento-com-prefeitos-alckmin-diz-que-reforma-tributaria-pode-fazer-pib-crescer-10-em-15-anos-28032023>

Tributária traz eficiência econômica e pode fazer PIB crescer 10% em 15 anos, diz Alckmin

São Paulo

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, declarou na manhã desta terça-feira, 28, que a **reforma tributária** - um dos principais temas do governo na área econômica, após o novo arcabouço fiscal - está sendo elaborada tendo em vista simplificar o sistema brasileiro e fazer a economia voltar a crescer. Segundo o vice-presidente, a expectativa é que, com a reforma, em um período de 15 anos o **PIB** do País cresça em 10%.

Nós temos um modelo tributário, primeiro, caótico. Vai tudo pra justiça, é tudo judicializado, criticou Alckmin, ironizando que a melhor profissão do País é a de advogado tributarista. É um espetáculo, porque é uma complexidade tributária absurda, disse, defendendo a simplificação do sistema.

Segundo Alckmin, o modelo atual, que acumula crédito, dificulta a exportação, e arrecada de maneira injusta, tendo como base de arrecadação o consumo. Tudo aqui é sobre consumo, nos Estados Unidos o imposto sobre consumo é 20%. Lá tributa consumo, renda e patrimônio, aqui é consumo, consumo e consumo, defendeu.

Participante da abertura da XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, evento organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), Alckmin defendeu que entre os objetivos da reforma é que municípios arrecadem mais, e que a economia cresça, defendendo um maior diálogo com os municípios.

O vice compareceu ao evento para representar o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que está em repouso após um diagnóstico de pneumonia.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/28/tributaria-traz-eficiencia-economica-e-pode-fazer-pib-crescer-10-em-15-anos-diz-alckmin.htm>

Modelo tributário atual é muito injusto , diz Alckmin a prefeitos

Victor Correia

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), declarou nesta terça-feira (28/3) que o modelo tributário atual é muito injusto , e defendeu que a **reforma tributária** pode gerar um crescimento de 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro nos próximos 15 anos. Alckmin discursou na abertura da Marcha dos Prefeitos , que reúne representantes de 4.100 municípios brasileiros em Brasília até a próxima quinta-feira (30).

Nós temos um modelo tributário, primeiro, caótico. Vai tudo para a Justiça. Em São Paulo, quando eu era governador: me traga aqui os 20 maiores devedores do estado . Tudo empresa bilionária, as maiores do Brasil. A melhor profissão no Brasil é advogado tributarista. Então, nosso primeiro objetivo é a simplificação , declarou o vice-presidente.

Um dos principais temas a serem discutidos na Marcha, a **reforma tributária** conta com um painel próprio amanhã, que terá a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e de outros integrantes da equipe econômica. Parte dos prefeitos teme que a reforma proposta pelo governo federal possa resultar em uma perda de arrecadação e tenta emplacar outro modelo. O governo federal, por sua vez, tenta convencer esta ala dos municípios.

Em seu discurso, Alckmin citou ainda que foi prefeito durante o período do milagre brasileiro , entre 1969 e 1973, quando o crescimento econômico chegou a 12% ao ano. Abria uma lanchonete por semana , comentou o ministro. Nós precisamos fazer a economia voltar a crescer. Essa é uma **reforma tributária** que traz eficiência econômica, e pode fazer o **PIB** crescer, em 15 anos, 10% , acrescentou.

População não consegue consumir, diz Alckmin

Já sobre a distribuição da carga tributária, Alckmin afirmou que, atualmente, o modelo é muito injusto e que a carga sobre o consumo é muito alta, impedindo a população de consumir. Ele citou ainda que, em alguns municípios, a renda per capita chega a R\$ 9 mil, enquanto em outros, é de R\$ 30. Segundo o vice-presidente, o governo federal quer aumentar a arrecadação dos municípios.

A população consome pouco. Como é que eu vou comprar um carro, se eu ganho R\$ 1.320, um salário mínimo, se o carro baratinho, popular, custa R\$ 70 mil ? Então o Brasil tem capacidade de produzir 5 milhões de veículos, chegou a produzir quase 4 milhões, e hoje produz 2 milhões. O povo não tem dinheiro , declarou. A fala ocorre em meio a uma retração no mercado de veículos, com montadoras concedendo férias coletivas a seus funcionários.

Além de Alckmin, participaram da abertura da Marcha dos Prefeitos outros ministros, como Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) , Daniela Carneiro (Turismo), Carlos Lupi (Previdência), Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) e Nísia Trindade (Saúde), além de governadores, parlamentares e autoridades.

O evento é realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Segundo a organização, estão representados no evento 4.100 municípios brasileiros, e o total de participantes ultrapassa 11 mil. Os ministérios devem ainda receber prefeitos durante a semana. O Ministério da Cultura, por exemplo, instalou um balcão de atendimentos no Centro de Convenções.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5083396-modelo-tributario-atual-e-muito-injusto-diz-alckmin-a-prefeitos.html>

Alguns setores terão algum tratamento diferenciado, diz Appy sobre tributária

Brasília

O secretário extraordinário para a **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reconheceu nesta terça-feira, 28, que alguns setores específicos terão tratamento diferenciado na **reforma tributária** que for aprovada pelo Congresso Nacional. A proposta básica das duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs 45 e 110) que estão sendo discutidas no Congresso é ter alíquota uniforme para todos bens e serviços, nenhum benefício fiscal, mas as duas propostas já têm algumas válvulas de escape, então alguns setores provavelmente terão algum tratamento favorecido, disse Appy, durante entrevista à Rádio Gaúcha.

Ele pontuou que, do ponto de vista do contribuinte, a reforma promoverá uma redução de custo no agregado ao diminuir a ineficiência do sistema tributário, que hoje entra na conta paga pelos consumidores. (A reforma) Mantém a arrecadação, mas elimina custo que é consequência da complexidade do sistema atual, disse.

Também afirmou que o texto promoverá uma redistribuição na cobrança, com alguns bens e serviços sendo mais tributados e outros menos.

O desenho final esperado, de acordo com o secretário, é de que a carga tributária seja menor para pessoas de mais baixa renda e maior para os mais ricos.

Appy voltou a dizer que está otimista com a aprovação da reforma ainda este ano, apesar de a discussão perdurar há décadas. Eu acompanho esse tema há muito tempo e eu nunca vi um clima tão positivo para **reforma tributária** como a gente está vendo hoje, afirmou.

O secretário citou uma pesquisa que mostra que 68% dos deputados federais dizem acreditar na aprovação do texto ainda em 2023.

Reforçou ainda o apoio unânime entre Executivo e presidentes da Câmara e Senado sobre a necessidade de se avançar no tema.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/28/alguns-setores-terao-um-tratamento-diferenciado-diz-appy-sobre-tributaria.htm>

Correio debate questões sobre a reforma tributária em evento

Raphael Pati*

Na intenção de debater a implantação da **reforma tributária** no Brasil e de que maneira ela interfere na vida do cidadão, o Correio promove um evento, no próximo dia 12 de abril, que contará com a participação de especialistas no assunto. Entre os convidados da nova edição do CB Talks, '**Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos**', está o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, Mauro Silva, que lembra que 62,5% do **PIB** brasileiro corresponde ao consumo das famílias e 17%, investimento de empresas.

"Nós estamos falando de quase 80% do **PIB**, que acaba sendo afetado por esse imposto sobre o consumo. A decisão de investimento das empresas é afetada e a capacidade de consumo das famílias é afetada (pela **reforma tributária**). Então, é óbvio que, de alguma forma, otimizando, simplificando a **inflação** sobre o consumo, é notório que nós podemos ter um bom incremento do **PIB**", afirma.

Na avaliação do presidente da Unafisco, conforme mais pessoas são envolvidas nesse debate, mais pontos são esclarecidos, como, por exemplo, o mito de que, com a reforma, haverá uma explosão de **tributos** na área de saúde e educação. Nestas áreas, incidirão somente alíquotas setoriais, como explica Mauro.

"Se você amplia o debate e mostra para os entes federativos que eles não perderão receita, pelo contrário, poderão ganhar a médio e longo prazo, isso também ajuda. Então, a ampliação do debate ajuda a remover alguns ruídos que possam estar ocorrendo nessa comunicação a respeito da **reforma tributária**", esclarece.

Andamento da reforma

Atualmente, a **reforma tributária** está sendo discutida no Congresso Nacional por meio de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que alteram a tributação sobre o consumo da população. Entre as principais propostas que estão na mesa são as PECs 45 e 110, que estabelecem a unificação de **tributos**, como PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI, em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já utilizado em mais de 170 países.

Na esfera federal, o novo tributo seria chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS). Já no âmbito dos estados e municípios que, hoje, praticam a taxação dessa modalidade, ele seria intitulado como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O presidente explica que, na prática, a principal mudança seria a cobrança no destino final e, não na origem, como é feito atualmente.

"O que é cobrar na origem? Cobrar na origem significa que eu tenho interesse que uma fábrica se instale no meu estado, porque aqui, tendo origem, eu, estado 'A', terei uma arrecadação maior", explica o presidente.

"Isso faz com que ocorra uma guerra fiscal. Ou seja, eu diminuo as alíquotas, de forma a atrair empresas do meu estado. Na medida em que a cobrança se dá no destino, ou seja, não cobro mais onde se produz, e sim, onde se consome, a guerra fiscal desaparece. Porque a arrecadação será tanto maior quanto maior for o consumo daquele estado", completa.

Contudo, Mauro Silva alerta para efeitos negativos que podem surgir com a mudança. Uma delas seria o agravamento de desigualdades sociais e regionais, já que o imposto incidirá no destino final onde o produto ou serviço é consumido. Logo, ele afirma que existam mecanismos para se combater essas desigualdades.

"Outro cuidado que se tem que ter é não falar em alíquota única. Embora seja uma legislação única, não se deve ser rígido com relação à alíquota única. Porque você acabaria penalizando setores que hoje são submetidos a um imposto menor, como saúde e educação, e eles passariam a estar submetidos a uma alíquota na ordem de 25%, podendo chegar a 30%", diz, ainda.

A nova edição do CB Talks será transmitida ao vivo nas redes sociais do Correio Braziliense no dia 12 de abril. O primeiro painel terá como assunto a possibilidade de se implantar a reforma. Já o tema do segundo painel será "Um sistema a favor do crescimento". O evento contará com um time de peso de economistas, além de parlamentares e ministros.

*Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5083388-correio-debate-questoes-sobre-a-reforma-tributaria-em-evento.html>

Por que varejistas criticam Shein, Shopee e AliExpress por contrabando digital no Brasil

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Planalto levou empresários brasileiros a renovarem seus esforços para tentar fazer frente ao avanço de plataformas de varejo internacionais, em especial as asiáticas, no Brasil.

As reclamações não deram resultado na gestão de Jair Bolsonaro (PL), mas a troca de governo abriu uma janela de oportunidade para empresários brasileiros cobrarem providências mais uma vez.

Ambos os lados dessa disputa já tiveram reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para apresentar seus argumentos.

As varejistas nacionais dizem que a competição é desleal, porque as plataformas internacionais não pagam os mesmos **impostos** e custos trabalhistas e, por isso, conseguem oferecer preços mais baixos.

Acusam ainda as concorrentes de praticar um contrabando digital e evasão fiscal, ao supostamente se aproveitarem de brechas nas regras e fraudarem vendas para evitar a cobrança de **impostos** de importação.

Isso geraria, pelas contas dos empresários brasileiros, um prejuízo bilionário em perda de arrecadação para o país.

As plataformas, que enfrentam acusações parecidas em países como Estados Unidos, África do Sul e Índia, dizem que cumprem as leis e normas locais.

Afirmam também que seus serviços possibilitam ao consumidor brasileiro comprar produtos a que não teriam acesso de outra forma, a preços acessíveis, e que têm investido no desenvolvimento do mercado de varejo e de comércio eletrônico nacional.

Esse é um tema especialmente sensível em Brasília neste momento, em que o governo Lula precisa lidar com um rombo fiscal e conseguir o dinheiro necessário para tirar propostas de campanha do papel.

O novo governo afirmou que uma de suas prioridades para este ano é uma proposta de uma **reforma tributária**, que deve começar com mudanças em **impostos** sobre o consumo.

A expectativa dos empresários brasileiros é que medidas que tratem do varejo digital sejam anunciadas em breve.

O Ministério da Fazenda confirmou à BBC News Brasil que está analisando a questão. As propostas serão apresentadas após validação interna no governo, disse a pasta em nota.

O problema não vem de agora. As empresas brasileiras viram nos últimos anos varejistas digitais estrangeiras, especialmente as chinesas AliExpress e Shein e a Shopee, de Cingapura, abocanharem uma parte do mercado com produtos bem mais em conta.

Alberto Sorrentino, consultor especialista em varejo e fundador da Varese Retail, explica que isso ocorreu no Brasil e em outros lugares como um reflexo de acordos comerciais fechados entre países.

Estes acordos facilitaram o comércio eletrônico entre fronteiras, ou cross-border, no jargão do mercado, e a venda de produtos nestas plataformas diretamente para consumidores internacionais.

Sorrentino aponta que Brasil e China firmaram um acordo bilateral em 2017 e que as plataformas chinesas tiraram proveito disso.

Mas o mesmo movimento não ocorreu no sentido contrário, apesar de as empresas brasileiras terem a mesma oportunidade à mão para vender diretamente para os consumidores chineses.

Mas elas não tiveram o apetite, e a pandemia atrapalhou com o fechamento da China. O fato é que as empresas chinesas investiram. Não só elas, mas a Amazon também, a Shopee começou a atacar mercados emergentes e, mais recentemente, a Shein, que se tornou um fenômeno global, diz Sorrentino.

As plataformas internacionais passaram a ter sites e aplicativos em português, a dar assistência aos consumidores brasileiros, melhoraram a logística para encurtar prazos de entrega, fizeram campanhas publicitárias e passaram a oferecer produtos de vendedores locais.

Isso aumentou a confiança nestas plataformas, e o consumidor começou a gostar e a se apegar a elas.

Aí, escalou muito rápido , afirma Sorrentino.

As compras cross-border mais do que triplicaram entre 2018 e 2021, de acordo com o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), uma associação de empresas do setor.

Dados da consultoria NielsenIQ Ebit apontam que essas transações passaram de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 36,2 bilhões neste período.

O IDV calcula que o cross-border já representava 16,5% do varejo no Brasil em 2021, e Sorrentino diz que elas explodiram a partir daquele ano com o crescimento do comércio eletrônico, que virou a alternativa para fazer compras com as restrições de circulação impostas por causa da covid-19.

As transações passaram de 36 bilhões em 2021, segundo dados da NielsenIQ Ebit, e a estimativa é de que tenham chegado a 50 bilhões em 2022.

Shein, Shopee e AliExpress são as três principais empresas desse mercado no Brasil hoje, aponta Sorrentino.

São números importantes, muito grandes. Isso começou a representar uma concorrência brutal para as empresas brasileiras e gera agora essas reclamações legítimas de falta de isonomia e de desvantagem competitiva, por não haver o mesmo tratamento tributário nestas transações.

As varejistas brasileiras dizem que, além de ter de arcar com **tributos** e custos trabalhistas que a concorrência internacional não paga, as plataformas estariam usando uma brecha na lei para evitar a cobrança de **impostos**.

No passado, as mercadorias que entravam no Brasil sem pagar **impostos** vinham do Paraguai. O Paraguai mudou para as plataformas depois que os vendedores internacionais, principalmente da China, descobriram um vácuo na tributação , diz o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo.

As compras feitas entre pessoas físicas no valor de até US\$ 50 (R\$ 262) são isentas de imposto de importação pela **Receita Federal**. A regra foi criada em 1980, e, em 1999, o limite, que antes era de US\$ 100, foi cortado pela metade.

Os empresários brasileiros dizem que as plataformas se aproveitam dessa regra para burlar o controle da Receita e fraudam as informações da compra nos pacotes de entrega, subfaturando os preços cobrados ou informando que as compras foram entre pessoas

físicas.

Ou que, se um cliente compra vários produtos em um site ou aplicativo, eles chegam no Brasil em pacotes e preços individualizados, abaixo do limite para a isenção.

Nesta regra, não está explicitamente dito que ela pode abrigar transações de empresas para pessoas e vendas de produtos de comércio eletrônico, mas isso também não está regulamentado, então, fica nesse limbo regulatório , diz Sorrentino.

A fiscalização é outro problema que os varejistas nacionais apontam.

Um relatório produzido pelo empresário Luciano Hang, presidente da rede Havan, afirma que menos de 2% dos produtos que passam pela alfândega são fiscalizados.

A BBC News Brasil questionou o Ministério da Fazenda a respeito disso, mas a pasta não tratou do assunto na resposta enviada à reportagem.

Hang é um dos empresários à frente das denúncias contra as varejistas internacionais.

Ele convidou Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores, uma das principais centrais sindicais do país, para um encontro no início de março.

Patah diz que, assim como ficou combinado com Hang, entregou o relatório ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT).

Dei uma cópia para ele e, se estiver com o Lula, vou entregar uma para ele, porque nós temos que nos preocupar com tudo que pode prejudicar os nossos membros , diz Patah.

O relatório de Hang diz que o Brasil deixou de arrecadar R\$ 60 bilhões no ano passado por causa dos contrabandistas digitais e estima que o valor vai passar de R\$ 100 bilhões em 2023.

O IDV afirma que o prejuízo foi de até R\$ 48 bilhões em 2020 e pode chegar a R\$ 99 bilhões em 2025.

Nós somos a favor da livre-concorrência, é o mais sadio. O cross-border vem crescendo a números galopantes, de dois dígitos, o que é bom, mas começamos a verificar que não estão cumprindo as leis internas , diz Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV.

Ele afirma que o instituto passou a fazer compras

nestas plataformas para provar que há irregularidades e que, na maioria dos casos, os **tributos** devidos não seriam pagos.

Constatamos que estes produtos vêm principalmente da China como sendo de pessoas físicas, mas muitas vezes não são. Você compra o produto e vem subfaturado, sem os documentos de importação corretos, e isso entra aqui em uma quantidade gigante , diz Gonçalves Filho.

As plataformas de comércio eletrônico internacionais afirmam que não estão fazendo nada de errado e que cumprem as normas.

A Shopee, que vende no Brasil desde 2020, acrescenta que as transações internacionais são hoje a minoria do seu negócio por aqui.

Mais de 85% das compras no país são feitas de vendedores locais, segundo Felipe Piringer, diretor de marketing da Shopee no Brasil, e 90% das vendas realizadas pelos 3 milhões de vendedores brasileiros da plataforma são feitas por empresas.

A nossa operação cross-border é bem pequena, e a gente segue as leis brasileiras. Por isso, a gente não concorda em estar sendo citado. Tem uma diferença entre a origem de uma empresa e seu propósito, que é o mercado local no nosso caso. Nem todas as empresas que vêm da Ásia são iguais , diz Piringer à BBC News Brasil.

A AliExpress, uma das pioneiras deste movimento no mercado, com 12 anos de operação no país e um site em português desde 2013, afirma que exige que seus vendedores sigam as regras do mercado brasileiro, que orienta os compradores a respeito e que coopera com a **Receita Federal**.

As plataformas cross-border permitem o acesso a milhões de produtos únicos que não estão disponíveis no país a preços acessíveis e que o consumidor não conseguiria acessar de outra forma , afirma Bueno.

A Shein, que está no mercado brasileiro desde 2020, disse em nota que seu modelo único de produção, em pequena escala e com demanda garantida, produz produtos de qualidade e acessíveis .

A empresa afirmou ainda que tem se esforçado também para estabelecer parcerias com diversos fornecedores e vendedores locais .

Jorge Gonçalves Filho diz que o varejo nacional não quer que as plataformas sejam proibidas de vender no Brasil, mas que atuem sob as mesmas condições das empresas brasileiras.

Escutamos que as plataformas vão investir bilhões no país e achamos sensacional, mas queremos isonomia de competição, porque a indústria e o varejo brasileiro estão sendo prejudicados e perdendo mercado , diz o presidente do IDV.

Sua proposta é que a cobrança dos **impostos** seja feita no ato da venda pelas plataformas, que seriam responsáveis por cobrar os valores devidos dos clientes.

Não precisa de uma lei específica, mas de normas e regulamentos , diz Gonçalves Filho.

O presidente do IDV diz ter tratado do assunto com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Ele entendeu nossa proposta e pediu providências.

Esta não é a primeira vez que o setor pede que o governo federal faça algo a respeito.

Em 2020, a **Receita Federal** ensaiou uma resposta a estas demandas e disse que lançaria uma medida provisória com novas regras para esse setor. Mas o ex-presidente Jair Bolsonaro vetou a ideia.

Não era o momento certo para uma medida assim, que não era simpática à população, mas ela só é impopular no médio prazo, porque é bom para o país e para a geração de empregos , diz Gonçalves Filho.

Bolsonaro se justificou na época, dizendo que a saída seria uma maior fiscalização e não mais tributação. Mas o varejo não concorda.

Entram cerca de 500 mil pacotes por dia no Brasil pela alfândega, é um volume proporcional para a estrutura de fiscalização. Não dá para imaginar que vamos ter pessoas suficientes para conferir pacotinho por pacotinho , diz Marco Bertaiolli, da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo.

O deputado defende que a cobrança dos **impostos** deve ser uma responsabilidade das plataformas, mas diz que o governo também tem a alternativa de desonerar o varejo nacional para equilibrar o jogo.

Não existe um modelo elaborado, mas a Fazenda e a Receita estão estudando e devem apresentar soluções para esse contrabando digital nos próximos dias ou semanas. Seja qual for a solução, defendemos a isonomia. O que não podemos é ter duas balanças e duas medidas e deixar a indústria vulnerável.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Por que varejistas criticam Shein, Shopee e AliExpress por contrabando digital no Brasil

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5083379-por-que-varejistas-criticam-shein-shopee-e-aliexpress-por-contrabando-digital-no-brasil.html>

CNI lança agenda legislativa e pede reforma tributária urgente e foco na reindustrialização em 2023

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lança nesta terça-feira (28), em cerimônia no plenário da Câmara dos Deputados, a 28ª edição da Agenda Legislativa do Setor Industrial.

O documento, que é considerado o principal instrumento de diálogo da indústria com os parlamentares, o governo federal e a sociedade civil, contempla 139 projetos de lei de interesse do setor industrial, sendo 12 deles classificados como prioritários, incluídos na pauta mínima da Indústria.

Entre os projetos essenciais, estão a **reforma tributária** sobre o consumo, que está sendo debatida no Legislativo, o aprimoramento da lei do licenciamento ambiental, a regulamentação do mercado de crédito de carbono e a modernização do setor elétrico.

"A questão tributária é um dos maiores entraves para qualquer investimento e para o crescimento não só do setor industrial, mas para a retomada da economia como um todo", avaliou a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg,

Reindustrialização

De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga, as propostas da indústria debatem a necessidade de se reindustrializar o Brasil e promover a transição para uma economia de baixo carbono.

A agenda traz propostas que contribuem para alcançarmos o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental, declarou.

Segundo ele, a reindustrialização é imprescindível para o Brasil voltar a crescer e realizar a transição para uma economia de baixo carbono.

O país precisa de uma indústria forte e diversificada que, de forma assertiva, contribua para o desenvolvimento de longo prazo. Para termos maior produtividade e competitividade, é necessário retirar os obstáculos **impostos** pelo Custo Brasil e cuidar

bem do ambiente macroeconômico, acrescentou.

Propostas prioritárias

Reforma Tributária - PEC 45/2019 e PEC 110/2019 Marco Legal do Reempreendedorismo - Recuperação Judicial de MPes - PLP 33/2020 Licenciamento Ambiental - PL 2.159/2021 Regulamentação do mercado de crédito de carbono - PL 528/2021 e PL 3.100/2022 Modernização da Lei do Bem - PL 4.944/2020 Modernização do setor elétrico - PL 414/2021 Marco Legal das Garantias - PL 4.188/2021 Estatuto do Aprendiz - PL 6.461/2019 Permissão para o trabalho multifunção - PL 5.670/2019 Regulamentação do limbo previdenciário - PL 3.236/2020 Incentivos de IRPJ e reinvestimento nas áreas da Sudam e da Sudene - PL 4.416/2021 Código de Defesa do Contribuinte - PLP 125/2022

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/28/cni-lanca-agenda-legislativa-de-2023-com-reforma-tributaria-urgente-e-foco-na-reindustrializacao.ghtml>

Visão do Correio: Reformas para o Brasil crescer

Correio Braziliense

O adiamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China resultou em frustrações dentro do governo, mas abriu uma brecha para que o Palácio do Planalto acelere uma série de projetos que, sem sombra de dúvidas, farão muito bem ao país. A começar pelo novo arcabouço fiscal, cuja divulgação estava marcada para depois da volta do líder brasileiro da nação asiática. As novas regras fiscais são fundamentais para trazer a tranquilidade que a economia precisa para voltar a crescer. Além de abrir caminho para a queda da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano, dará um sinal claro ao setor produtivo de compromisso com a previsibilidade, ponto fundamental para investimentos que resultem em mais empregos e aumento da renda.

O governo poderá, ainda, trabalhar com mais afinco para a retomada efetiva das atividades do Congresso, hoje travados pela disputa entre os presidentes da Câmara e do Senado em torno do rito de votação das medidas provisórias. Há a promessa de que ao menos 13 MPs editadas na administração passada serão avaliadas nesta semana, mas o suspense continua no ar, colocando em risco o funcionamento da máquina pública e prejudicando os mais pobres, pois as novas regras do Bolsa Família estão no pacote de projetos parados. Lula, com toda a sua expertise em negociação política, deve entrar em campo para que deputados e senadores cheguem a um consenso. Será um serviço essencial à nação, cujas demandas não param de crescer.

Outro ponto relevante será o encaminhamento da **reforma tributária**, esperada há mais de três décadas. Após anos e anos de discussões, o tema está maduro para ir à votação. Todas as projeções apontam que a simplificação do sistema de **impostos** permitirá ao Brasil dar um salto espetacular, seja tornando o ambiente de negócios mais amigável, seja fazendo justiça social, pois, da forma como a estrutura arrecadatória está montada, são os mais pobres que, proporcionalmente, despejam mais recursos nos cofres do Tesouro Nacional. A **reforma tributária**, por sinal, será tema de um amplo debate promovido pelo Correio em 12 de abril. O evento contará com autoridades do governo, parlamentares e especialistas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, vêm enfatizando que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** compõem a pauta prioritária do governo neste primeiro semestre. No caso da mudança no sistema de **impostos**, a proposta é começar pelo consumo, hoje extremamente onerado, enquanto a renda é pouco tributada. Corrigir essa distorção é fundamental. Isso passa pela eliminação de alguns **impostos** e fusão de outros, deixando mais justo o recolhimento de taxas pela população e pelas empresas. O Brasil está muito atrasado nesse quesito em relação ao mundo civilizado, afastando capitais que poderiam incrementar o Produto Interno Bruto (**PIB**) e reduzir as desigualdades sociais.

É certo que, independentemente de toda a discussão em torno dos projetos de reforma que estão na Câmara e no Senado, que devem ser fundidos, priorizando o que cada um tem de melhor, haverá muita gritaria, sempre com o argumento de que alguns setores econômicos serão prejudicados. Faz parte do jogo. O que realmente deve imperar é o benefício da reforma para a maioria. O Brasil é um país de privilégios aos grupos mais organizados, que conseguem falar mais alto. Não é possível, porém, que essas castas continuem dando as cartas diante de um fosso tão profundo que separa ricos e pobres.

O Correio, pelo seu histórico de sempre debater os temas mais relevantes para o país, dará voz para que todos coloquem seu ponto de vista. Mas a convicção da sociedade, em sua maior parcela, é de que a reforma, assim como o novo arcabouço fiscal, é preponderante para que o país tire os dois pés do atraso. Está nas mãos do governo e do Congresso cumprirem a promessa de fazer do Brasil uma economia moderna, mais justa, amigável ao capital, com segurança jurídica e envolta em credibilidade. Que esse empenho prevaleça.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/03/5083294-visao-do-correio-reformas-para-o-brasil-crescer.html>

Brasil é um dos países com as maiores multas fiscais do mundo

Por Laura Ignacio - De São Paulo

O Brasil, junto com a África do Sul, está entre os países com as maiores multas fiscais do mundo. A **Receita Federal** aplica 150% se entende ter havido fraude, dolo ou simulação em uma operação econômica, com o objetivo de não pagar ou recolher menos **tributos**. Porém, só aqui ela é adotada sob critérios subjetivos, trazendo insegurança jurídica ao ambiente de negócios, segundo aponta pesquisa acadêmica da FGV Economia e Direito SP.

Esse cenário, segundo especialistas, traz a necessidade de o Brasil, paralelamente à **reforma tributária**, adotar novas regras para a aplicação da chamada multa qualificada. Para um dos coordenadores acadêmicos da pesquisa, Eurico Marcos Diniz de Santi, uma das causas das altas penalidades é o fato de nem o Fisco entender a **legislação tributária**.

"O sistema de multas brasileiro é muito arcaico e injusto. Como provar intenção? E fica ainda mais subjetivo quando há pressão sobre o Fisco para aumentar a arrecadação" diz.

O grupo de pesquisadores da FGV Economia e Direito SP se uniu para fazer o levantamento sobre a aplicação desse tipo de penalidade no Brasil ao verificar, por meio da Lei de Acesso à Informação, que a qualificada é a multa federal que mais cresce no país: entre 2011 e 2019, o índice foi de 70% em quantidade e de 112% em termos de valor.

Eles então compararam os dados do Brasil com os de outros seis países: Estados Unidos, Reino Unido, França, África do Sul, Colômbia e México. Todos impõem multa qualificada com percentuais máximos elevados. Na África do Sul, 150%; no México é de 142,5%; na Colômbia e Reino Unido, 100%; na França, 80%; e nos EUA, 75% e multas fixas. Porém, no Brasil, destacam os pesquisadores, o Fisco "supõe" a intenção do contribuinte para aplicar a penalidade.

"A França também tem critérios subjetivos, mas quando a jurisprudência é analisada eles objetivam as condutas que darão ensejo à aplicação da multa qualificada", afirma Breno Ferreira Martins Vasconcelos, um dos coordenadores de campo da pesquisa. Para ele, penas repressivas poderiam ser

reservadas a devedores contumazes.

O levantamento destaca também que, no Brasil, esse ambiente não é resolvido com a jurisprudência. Na Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, por exemplo, dos 179 acórdãos analisados, 89 afastaram a multa qualificada, 90 mantiveram, 37 não conheceram o recurso e 41 tratavam de matéria alheia.

Os pesquisadores concluíram haver divergência de entendimento da própria Câmara Superior sobre quais atos qualificam (ou não) a multa. É o caso, por exemplo, da omissão de receitas, da reiteração da conduta e da utilização de interpostas pessoas.

Do Supremo Tribunal Federal (STF), o estudo destaca um recurso afetado com repercussão geral para definir se o artigo 44, parágrafo 1º, da Lei nº 9.430/1996, que prevê a multa qualificada, viola aos princípios constitucionais do não confisco, da proporcionalidade, da razoabilidade, da moralidade e da segurança jurídica (RE 736.090/SC). Por enquanto, segundo a pesquisa, a Corte tem limitado as multas punitivas a 100% do tributo devido e as multas de mora a 20%.

Com base nos dados dos outros países, segundo os pesquisadores, o ideal seria que os critérios de aplicação da multa qualificada no Brasil passassem a ser objetivos e com gradações. O Fisco, dizem, consideraria as provas apresentadas pelo contribuinte sobre seu comportamento em relação às obrigações tributárias, o que se chama de "economia comportamental".

"No Reino Unido e África do Sul há maior nível de gradação conforme a conduta do contribuinte, pelas provas do nível de cuidado adotado para o cumprimento da obrigação tributária", afirma a pesquisadora Maria Raphaela Dadona Matthiesen. "No Reino Unido, se é demonstrado que houve um erro puro por má interpretação da regra, a multa pode ser limitada a 30%. Se foi puro descaso, a 70%."

Por isso, o mais importante é a forma como isso é trabalhado na relação entre Fisco e contribuinte, diz a pesquisadora Laura Romano Campedelli. "Se o contribuinte entende que aquilo foi uma infração, não há percepção de ilegitimidade", afirma.

Uma reforma nos critérios da multa qualificada também causaria reflexos nos dados econômicos. De acordo com o estudo, se o país tivesse o nível médio de complexidade fiscal do México, Colômbia e África do Sul, o **PIB** per capita do Brasil poderia ser 6,2% maior. "Quanto maior a complexidade, menor o **PIB** per capita", diz Bráulio Borges, um dos coordenadores de campo da pesquisa. "E um dos aspectos da complexidade é a forma como o Fisco faz essa auditoria."

A própria OCDE, segundo Borges, tem feito recomendações de uma postura mais cooperativa entre Fisco e contribuinte para maximizar a arrecadação levando em consideração também a economia comportamental.

"Vamos supor que uma empresa foi autuada pelo recolhimento a menor de IRPJ e CSLL de R\$ 100 mil. Se o Fisco entender que os **tributos** não foram recolhidos em situação que envolveu fraude, a multa, que normalmente seria de 75%, será majorada para 150%, mais juros de mora, chegando a R\$ 250 mil, mais a Selic", afirma a advogada Ana Monguilod, sócia no i2a Advogados. "O problema é que eles [Fisco] acabam rotulando muitas coisas de fraudulentas quando não o são."

Para Ana, o ambiente extremamente hostil, com a aplicação de multas "absurdamente altas", força o contribuinte a brigar no Judiciário ou a aguardar o próximo "Refis" (programa de parcelamento). "Entendo que, antes ou junto com uma **reforma tributária**, deveríamos repensar tanto a relação Fisco-contribuinte como o contencioso tributário", diz. "Da maneira que o nosso contencioso está estruturado, mesmo se conseguíssemos desenhar o sistema tributário mais moderno e lindo do mundo, no final do dia tudo desembocaria nos tribunais."

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Brasil é um dos países com as maiores multas fiscais do mundo

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/03/28/brasil-e-um-dos-paises-com-as-maiores-multas-fiscais-do-mundo.ghtml>

Novo arcabouço é simples e fácil de ser entendido, defende Simone Tebet

Por Marcelo Osakabe - De São Paulo

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta segunda-feira (27) que o novo arcabouço fiscal é simples, fácil de ser entendido, totalmente transparente, crível e que está na mão do presidente Lula a discussão sobre parâmetros.

Em evento em São Paulo, a ministra afirmou ainda que o planejamento segue sendo de zerar o déficit fiscal no ano que vem e que a tramitação da matéria na casa não deve ser atrasada pelo impasse entre Câmara e Senado sobre o rito das medidas provisórias (MPs).

"Durante a pandemia, tivemos a excepcionalidade dos ritos de tramitação. Agora, pela Constituição, temos que voltar às regras, mas esta é uma decisão política do Congresso", disse, afirmando que não enxerga esse assunto como obstáculo para o arcabouço, tema que tem boa receptividade entre parlamentares.

Segundo ela, o presidente da Câmara, Arthur Lira, "chamou para si a responsabilidade sobre arcabouço, o que é muito bom".

Tebet também reforçou que não se fala em exceções dentro do arcabouço fiscal. "O que se fala é ter a possibilidade de um pouco mais de gasto, sem excepcionalidade, mas com olhar específico sobre saúde e educação."

Segundo ela, a mudança da meta de **inflação** é um "não assunto" dentro do Ministério do Planejamento ou da Fazenda. "O ministro [Fernando] Haddad e eu entendemos que assunto não está posto à mesa. Temos dúvida inclusive sobre se mexer na meta vai gerar resultado que queremos."

Ela disse que o assunto não foi discutido nos encontros do Conselho Monetário Nacional desde a primeira reunião entre Haddad, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ela.

Tebet, por outro lado, engrossou o coro de reclamações contra o **comunicado** da última reunião do Copom. "Não falo sobre qual deve ser a taxa de juros, mas o **comunicado** e a ata, para mim, são documentos políticos. Acho que o **comunicado** saiu no tom errado."

Para ela, o **comunicado** e ata "têm que vir ao encontro do que está acontecendo no Brasil". "Óbvio que fatores externos importam e preocupam, mas também os fatores internos e nesse aspecto acho que houve evolução, todos sabemos que estamos prontos de anunciar novo arcabouço fiscal, a **reforma tributária** nunca esteve tão amadurecida para ser votada. Não é a ideal, mas ela é uma boa reforma. A boa reforma é a que efetivamente passa no Congresso."

Ainda sobre a **reforma tributária**, Tebet afirmou que as premissas consideradas unanimidade são o imposto ser cobrado no destino e que haverá unificação dos **impostos** federais. "Hoje passa mais facilmente IVA dual."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Novo arcabouço é simples e fácil de ser entendido, defende Simone Tebet

Sítio:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/28/novo-arcabouco-e-simples-e-facil-de-ser-entendido-defende-simone-tebet.ghtml>

Para Galípolo, reforma simplifica arrecadação

Por Marcelo Osakabe - De São Paulo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, afirmou nesta segunda-feira, 27, que a **reforma tributária** vai simplificar e dar mais efetividade à arrecadação, mas que sua tramitação abrirá espaço para a discussão de exceções.

"Sobre receitas novas, em nenhum momento discutimos elevar a carga fiscal. As medidas são para tornar arrecadação mais efetiva e combater evasão", disse Galípolo, que participou de evento realizado pela Arko Advice, em São Paulo.

Questionado sobre a dificuldade em angariar consenso para a aprovação da reforma, Galípolo disse que a adesão está grande no Congresso e que, mesmo diante da peregrinação de representantes de setores da economia à Brasília para pedir continuidade dos regimes especiais, a posição do governo é de "arrumar o todo".

"Mas é claro que vai ter que existir espaço para alguma negociação" sobre exceções na reforma, ponderou.

Galípolo comentou que a exceção ao aumento da tributação ocorrerá sobre atividades ainda não reguladas, como os sites de apostas.

Segundo ele, o adiamento da viagem da presidente Lula à China deve facilitar o processo de apresentação do novo arcabouço fiscal, em elaboração na área econômica do governo.

Galípolo não quis comentar sobre se o arcabouço poderia ser apresentado nesta semana, mas notou que o adiamento da viagem permite fazer novas reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também cancelou sua ida a Pequim.

O secretário-executivo afirmou ainda que o arcabouço precisa ser desafiador, mas crível. Segundo ele, o desafio estará nos parâmetros que serão definidos. "É preciso mostrar ao mercado que parâmetros vão controlar relação dívida/**PIB**", disse.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda afirmou que o governo não pretende adiantar a discussão sobre as metas de **inflação**, que ocorre

tradicionalmente no encontro de meio de ano do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ele disse ainda que o tema foi colocado em discussão pelo presidente da República e que, desde então, economistas renomados do mercado financeiro têm discutido a questão e se colocado em favor de uma mudança.

O secretário-executivo não quis tecer comentários sobre os nomes indicados para a diretoria do Banco Central. Ele apenas comentou que os nomes já estão com o presidente Lula.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Para Galípolo, reforma simplifica arrecadação

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/28/para-galipolo-reforma-simplifica-arrecadacao.ghml>

Prefeitos não deveriam travar a reforma tributária

Por Benito Salomão

Com o avançar dos meses o governo tenta fazer progressos com a sua principal agenda, a **reforma tributária**. Se ela for aprovada e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) substituir o conjunto de **impostos** indiretos hoje em voga no país é possível que o potencial de crescimento da economia se eleve. Isso porque assuntos tributários têm fortes implicações do lado da oferta da economia - por exemplo, eles podem estimular ou desestimular a acumulação de capital. Ademais, ter o **PIB** potencial elevado é uma aspiração de toda a sociedade brasileira, particularmente após a década de 2010 tida como perdida em termos de crescimento econômico.

No bojo das negociações sobre a **reforma tributária** em trâmite no Congresso Nacional surgem as resistências naturais. Setores que se aproveitam do atual modelo tributário brasileiro tendem a resistir, dentre eles, os municípios de médio e grande porte alegam que terão perdas orçamentárias e pedem compensações. O orçamento de um governo local é constituído de receitas correntes (tributárias, transferências correntes e outras receitas correntes), além de receitas de capital (privatizações, concessões, transferências de capital, entre outras). As primeiras são consideradas de fluxo contínuo, enquanto as segundas são esporádicas.

Subvenções criam incentivo perverso para municípios, que em geral usam mal instrumentos tributários a seu alcance

Considerando as receitas correntes, a participação de cada rubrica no orçamento tende a variar segundo inúmeras métricas. Por exemplo, municípios de pequeno porte tendem a ter uma participação elevada das transferências correntes, particularmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Já municípios industrializados, têm uma elevada participação da Quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), embora este imposto seja de competência constitucional dos Estados. Por força de lei, 25% da sua arrecadação deve ser compartilhada com municípios; deste percentual, 75% devem ser direcionados ao município que originou o VAF responsável pelo tributo. Logo, municípios industrializados (que produzem bens) tendem a ter uma dependência elevada desta fonte de

recurso.

Municípios de maior porte, por sua vez, desenvolvem estruturas sofisticadas de serviços que via de regra atendem sua população residente, além das populações de cidades vizinhas. Isto vale para serviços privados, mas também públicos. Nestes municípios maiores, redes de escolas, faculdades e Universidades, hospitais, shoppings centers, hotéis, serviços de lazer, entre inúmeros outros, atraem as populações de cidades menores a fim de usufruírem da sua estrutura de serviços. Isso movimenta a economia local dos municípios médios e grandes e produzem externalidades positivas na sua arrecadação, por vias do ISS-QN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Em geral, os municípios maiores e industrializados têm manifestado resistências quanto à **reforma tributária** devido ao medo de perdas que podem vir tanto da queda na Quota Parte do ICMS, quanto na do seu principal imposto municipal, o ISS-QN. Como dito anteriormente neste artigo, racionalizar o código tributário de um país que coleciona distorções como o Brasil tende a ter efeitos do lado da oferta e impulsionar uma expansão do **PIB** potencial. Há uma extensa literatura empírica que atesta que a arrecadação dos governos é sensível ao **PIB** e, salvo em situações muito particulares, possui multiplicador maior do que 1, ou seja, se o **PIB** cresce 1 a arrecadação do governo cresce mais do que 1.

Mas este não é único ponto que precisa ser analisado. Como demonstro em ensaio empírico recente aceito para publicação em periódico científico respeitado, há uma característica comum que transcende todos os municípios brasileiros, chamamos isto de "dependência fiscal". Via de regra, municípios grandes e pequenos dependem excessivamente de subvenções fiscais que são receitas geradas por níveis mais abrangentes de governo. Tais subvenções criaram um incentivo perverso para os governos locais que em geral subutilizam seus instrumentos tributários.

O exemplo mais cabal de uma política tributária ineficiente nos municípios é o IPTU (**Impostos** Predial Territorial e Urbano), um imposto direto, relativamente fácil de ser cobrado e passível de ser progressivo. Ao longo dos últimos 30 anos, em muitos grandes municípios brasileiros a arrecadação do IPTU foi

inferior em valores reais em relação ao ITBI (Imposto sobre a Transferência de Bens Intervivos). Uma arrecadação crescente do ITBI ao longo do tempo pode sugerir uma ampliação do valor venal dos imóveis nestas localidades. Se a arrecadação do IPTU não acompanha, isso pode significar que a planta de valores imobiliários nestes municípios está desatualizada, e que prefeitos têm abdicado deste instrumento tributário para evitar desgastes políticos.

Site: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/prefeitos-nao-deveriam-travar-a-reforma-tributaria.ghtml>

Na prática o que se vê em alguns dos maiores municípios brasileiros é a expansão imobiliária em algumas regiões contrastando com a ociosidade em outras. Em geral regiões mais antigas destes grandes municípios têm passado por um intenso processo de sucateamento da sua infraestrutura urbana e se tornado áreas bastante degradadas. Enquanto isso, áreas mais novas recebem todo tipo de investimentos e lançam empreendimentos cujo custo ultrapassa a casa dos milhões. O curioso é que em parte destes municípios a planta de valores não é atualizada há décadas, sugerindo uma tributação maior nestas regiões hoje degradadas em relação às mais modernas.

A subutilização do IPTU por parte dos grandes municípios produz um conjunto de consequências indesejáveis, estimula a especulação imobiliária, estimula a vacância de imóveis em áreas urbanas, leva a uma ocupação ineficiente dos territórios, concentra renda e riqueza, encarece a provisão de serviços públicos nas periferias das áreas urbanas, entre outros fatores. E um dos principais incentivos para a não utilização deste imposto é exatamente a elevada participação de transferências correntes no orçamento destas cidades. Dado que a cobrança de **impostos**, particularmente os diretos, é algo extremamente impopular, prefeitos de direita e de esquerda ignoram este instrumento financiando suas despesas públicas com receitas advindas do Estado e da União.

A **reforma tributária** pode corrigir também esta distorção, dado que o ICMS e o ISS serão incorporados no novo IVA, se isto significar grandes perdas para os grandes municípios é perfeitamente possível que isso seja compensado com uma utilização mais racional dos **impostos** sobre propriedade. Prefeitos, não travem a **reforma tributária**.

Benito Salomão é doutor em Economia pelo PPGE/UFU.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Prefeitos não deveriam travar a **reforma tributária**

Reformas para o Brasil crescer (Editorial)

O adiamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China resultou em frustrações dentro do governo, mas abriu uma brecha para que o Palácio do Planalto acelere uma série de projetos que, sem sombra de dúvidas, farão muito bem ao país. A começar pelo novo arcabouço fiscal, cuja divulgação estava marcada para depois da volta do líder brasileiro da nação asiática. As novas regras fiscais são fundamentais para trazer a tranquilidade que a economia precisa para voltar a crescer.

Além de abrir caminho para a queda da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano, dará um sinal claro ao setor produtivo de compromisso com a previsibilidade, ponto fundamental para investimentos que resultem em mais empregos e aumento da renda.

O governo poderá, ainda, trabalhar com mais afinco para a retomada efetiva das atividades do Congresso, hoje travados pela disputa entre os presidentes da Câmara e do Senado em torno do rito de votação das medidas provisórias. Há a promessa de que ao menos 13 MPs editadas na administração passada serão avaliadas nesta semana, mas o suspense continua no ar, colocando em risco o funcionamento da máquina pública e prejudicando os mais pobres, pois as novas regras do Bolsa Família estão no pacote de projetos parados. Lula, com toda a sua expertise em negociação política, deve entrar em campo para que deputados e senadores cheguem a um consenso. Será um serviço essencial à nação, cujas demandas não param de crescer.

Outro ponto relevante será o encaminhamento da **reforma tributária**, esperada há mais de três décadas. Após anos e anos de discussões, o tema está maduro para ir à votação. Todas as projeções apontam que a simplificação do sistema de **impostos** permitirá ao Brasil dar um salto espetacular, seja tornando o ambiente de negócios mais amigável, seja fazendo justiça social, pois, da forma como a estrutura arrecadatória está montada, são os mais pobres que, proporcionalmente, despejam mais recursos nos cofres do Tesouro Nacional. A **reforma tributária**, por sinal, será tema de um amplo debate promovido pelo Correio em 12 de abril. O evento contará com autoridades do governo, parlamentares e especialistas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, vêm enfatizando que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** compõem a pauta prioritária do governo neste primeiro

semestre.

No caso da mudança no sistema de **impostos**, a proposta é começar pelo consumo, hoje extremamente onerado, enquanto a renda é pouco tributada. Corrigir essa distorção é fundamental. Isso passa pela eliminação de alguns **impostos** e fusão de outros, deixando mais justo o recolhimento de taxas pela população e pelas empresas. O Brasil está muito atrasado nesse quesito em relação ao mundo civilizado, afastando capitais que poderiam incrementar o Produto Interno Bruto (**PIB**) e reduzir as desigualdades sociais.

É certo que, independentemente de toda a discussão em torno dos projetos de reforma que estão na Câmara e no Senado, que devem ser fundidos, priorizando o que cada um tem de melhor, haverá muita gritaria, sempre com o argumento de que alguns setores econômicos serão prejudicados. Faz parte do jogo. O que realmente deve imperar é o benefício da reforma para a maioria. O Brasil é um país de privilégios aos grupos mais organizados, que conseguem falar mais alto. Não é possível, porém, que essas castas continuem dando as cartas diante de um fosso tão profundo que separa ricos e pobres.

O Correio, pelo seu histórico de sempre debater os temas mais relevantes para o país, dará voz para que todos coloquem seu ponto de vista. Mas a convicção da sociedade, em sua maior parcela, é de que a reforma, assim como o novo arcabouço fiscal, é preponderante para que o país tire os dois pés do atraso.

Está nas mãos do governo e do Congresso cumprirem a promessa de fazer do Brasil uma economia moderna, mais justa, amigável ao capital, com segurança jurídica e envolta em credibilidade. Que esse empenho prevaleça.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/28/all.pdf>

Prefeitos divergem sobre proposta de mudanças

Matheus Schuch De Brasília

Tema central dos debates na edição deste ano da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a **reforma tributária** só avançará com o apoio dos prefeitos, disse nessa segunda-feira (27) o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

O dirigente reforçou a intenção de contribuir para uma mudança no atual sistema tributário, do qual é crítico. Reclamou, contudo, de ainda não conhecer a proposta do governo e de não ter sido chamado aos debates.

Em coletiva de imprensa, Ziulkoski evitou detalhar o modelo de reforma defendido pela entidade, sob o pretexto de não ter recebido ainda as linhas gerais da proposta do governo. Ele antecipou, porém, que considera prioridade garantir a geração de **impostos** no local de consumo, e não na origem.

Há uma divergência entre os lobbies municipalistas. A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que reúne as maiores cidades, apoia a PEC 46, chamada de "Simplifica Já". De autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), o texto mantém em vigor o ISS.

A CNM prefere os termos da PEC 110, que prevê um novo tributo federal e outro estadual-municipal. A medida já incorporou sugestões da entidade e hoje "80% da proposta" está adequada, na avaliação da CNM. "Até agora o governo não nos chamou para ouvir os municípios sobre **reforma tributária**."

Além da PEC 110, o grupo de trabalho da Câmara criado para discutir o tema reúne elementos da PEC 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que já tramitava na casa. A proposta do senador Oriovisto não está nos planos do governo. Uma das "distorções" na **reforma tributária**, no entendimento de Ziulkoski, é o fato de pagamentos em cartão de crédito gerarem imposto na base da operadora do cartão, e não no local do consumo. Isso beneficia as grandes cidades, disse.

"Isso dá quase R\$ 17 bilhões por ano que deixamos de arrecadar. A PEC 46 prevê manter esta distorção", frisou. "Queremos uma reforma que o setor produtivo precisa para o Brasil mudar." A pauta levada pelos

prefeitos ao governo federal será extensa e incluirá um apelo para que o piso da enfermagem, caso seja efetivado, venha com aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A demanda anual seria de R\$ 10,5 bilhões para o cumprimento do dispositivo.

A CNM também irá propor uma PEC para estender as regras aprovadas na reforma da previdência a todos os municípios com regime próprio.

A medida seria capaz de gerar economia e organizar o sistema de mais de 2 mil municípios, segundo a entidade.

Com o tema "Pacto Federativo: um olhar para o futuro", a marcha terá início oficialmente nesta terça-feira. São aguardados em torno de 3 mil prefeitos e vice-prefeitos na capital federal. A abertura, pela manhã, será prestigiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rêgo.

A agenda também prevê a discussão da **reforma tributária**, na parte da tarde, em uma mesa que reunirá os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento), o secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy, o relator do grupo que discute o tema na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), entre outros convidados.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1§ion=1>

Dívida dos Estados pode entrar na reforma



Claudio Castro: governador do Rio se reuniu com integrantes do grupo da reforma tributária na Câmara dos Deputados e defendeu a discussão do tema

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), reuniu-se com integrantes do grupo da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados semana passada para defender que as dívidas dos Estados com a União entrem nas negociações para aprovar a simplificação dos **impostos** sobre consumo. Seria uma forma de minimizar os impactos da possível perda de arrecadação dos Estados com a mudança na arrecadação da origem para o destino.

As dívidas dos Estados com a União somavam R\$ 635 bilhões em dezembro de 2021. Ainda não há dados consolidados sobre 2022. O Rio de Janeiro é o segundo com maior dívida, de R\$ 184 bilhões, mas está com os pagamentos suspensos por adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. O saldo não quitado nesse período vai acumular e será acrescentado ao final com correção.

O deputado Hugo Leal (PSD-RJ), que participou da reunião com o governador, diz que a reforma criará um fundo de desenvolvimento regional para fomentar o crescimento nas regiões Nordeste e Norte e, por isso, os Estados do Sul e Sudeste discutem contrapartida que possa beneficiá-los e diminuir as possíveis perdas com a reforma. "A ideia é negociar o endividamento junto com a discussão sobre a simplificação de **impostos**. É uma forma de compensar os maiores Estados, como Rio e Minas Gerais", afirmou.

Os cinco Estados com maior dívida nominal são do Sul e Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Outro bastante afetado pelos pagamentos é Goiás, que desde 2021 está no Regime de Recuperação Fiscal. Também há grandes prefeituras na lista, como as capitais paulista e fluminense, e outras cidades grandes, que protestam contra o fim do ISS proposto na reforma.

Para o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), a mudança no indexador pode diminuir as resistências políticas à proposta de simplificação dos **tributos**. Desde 2015, a dívida é corrigida pela taxa Selic (hoje em 13,75% ao ano) ou pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) mais 4%, o que for menor. A proposta de Castro é que o estoque seja atualizado pelo IPCA mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Vice-líder do governo na Câmara, Pedro Paulo é aliado do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que é adversário do governador, mas participou da reunião com Castro e está cotado para entrar no grupo de trabalho da Câmara que discute a proposta de emenda constitucional (PEC) 45, que unifica PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS num só Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

O presidente do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), recebeu a proposta do governador na semana passada ao lado de outros deputados do Rio, como os líderes das bancadas do PL, Altineu Cortes, e do Solidariedade, Áureo Ribeiro. Segundo o petista, a sugestão dele sobre a mudança no indexador das dívidas com a União será colocada na mesa e conversada. "Vamos dialogar. Não há federação se não tivermos a sustentabilidade das contas estaduais", disse.

Outra sugestão do governador é que a PEC 45 seja utilizada para prorrogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Desvinculação das Receitas dos Estados (DRE). Esses mecanismos permitem aos governos federal e estaduais utilizarem livremente 30% das receitas tributárias que, por lei, são destinados a fundos específicos. Esses regimes são prorrogados seguidamente desde a década de 1990 e vencem em 31 de dezembro deste ano. Incluí-los na **reforma tributária** seria uma forma de resolver um problema adicional e aumentar o apoio político, já que a desvinculação é útil para os Estados.

Procurada, a assessoria de Castro encaminhou ao Valor duas notas divulgadas pelo governador após recentes reuniões em Brasília. Em uma delas, após agenda na Câmara, ele defendeu a discussão da dívida dos Estados no âmbito da reforma. "Os Estados do Sul e Sudeste concentram 70% do **PIB** nacional e têm uma contribuição essencial para o desenvolvimento do país. Apesar disso, respondem por 93% da dívida pública com a União. Isso precisa ser revisto", diz a segunda nota, divulgada depois de

encontro com o ministro de Relações Institucionais,
Alexandre Padilha.

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1§ion=1)***

Agronegócio critica taxas de juros, reforma tributária e invasões de terra

Marcelo Toledo

As atuais taxas de juros do Brasil, a **reforma tributária**, a falta de um Plano Safra e as recentes invasões de terra foram criticadas por lideranças do agronegócio nesta segunda-feira (27) na abertura da Tecnoshow Comigo, uma das principais feiras do setor, em Rio Verde (GO).

Enquanto sobraram críticas ao governo federal, não houve nenhuma menção ao nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelas 15 autoridades que discursaram no evento. Já o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi saudado pelo senador Wilder Moraes (PL), e aplaudido por parte dos presentes.

A abertura da Tecnoshow, em sua 20ª edição, tampouco teve falas de representantes do governo federal.

"O Brasil ainda não criou uma estratégia econômica para o país, não saiu ainda o Plano Safra, pode inibir os investimentos, também os juros muito altos, tudo isso são fatores que inibem os investimentos e os avanços em novas tecnologias", disse Antônio Chavaglia, presidente do conselho de administração da Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), uma das maiores do país, e organizadora da feira.

Joel Ragagnin, presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja, Milho e Outros Grãos Agrícolas) de Goiás, afirmou que o setor tem encontrado mais dificuldades do que oportunidades.

"Nós tivemos dois ou três anos bons, que nos fizeram evoluir, nos fizeram ter oportunidade de investir no campo, e esse é o reflexo que estamos colhendo. Infelizmente não é dessa forma que eu vejo hoje."

Vice-presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), José Mário Schreiner (MDB), ex-deputado federal por Goiás, afirmou que a **reforma tributária** poderá prejudicar de forma significativa o agro por impor o que ele classifica como dupla tributação.

"Ao vendermos nossos produtos, teremos incidência de **impostos** diretos de 27%, 28%, fora depois a declaração do Imposto de Renda. É um assunto

extremamente importante, talvez o mais importante que nós temos hoje de debater", disse.

Sobre o Plano Safra, Schreiner disse que o governo ainda não fez nenhuma sinalização e que a CNA já percorreu o país coletando informações sobre prioridades, que serão levadas ao governo federal.

A ausência do plano até agora, porém, não é incomum. No ano passado, sob Bolsonaro, a mesma crítica foi feita pelo setor no fim de abril, no início da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), em Ribeirão Preto.

Presidente do sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) em Goiás, Luís Alberto Pereira disse que é preciso ampliar o crédito, com "juros civilizados", além de gastar melhor os recursos públicos.

"O gasto público ineficiente e populista é a saúva [problema] da América Latina. O Brasil tem ao lado a decadência da Argentina, destino que nos espera caso não haja um controle estratégico das contas públicas", completou.

"Não tem cem dias de desgoverno, nós já temos 13 invasões de terra, inclusive aqui no estado de Goiás, coisa que não acontecia nem no primeiro mandato seu e do mandato do nosso presidente Jair Bolsonaro. Então é por isso que precisamos nos unir, é hora de unir as forças", afirmou o senador Wilder Moraes, dirigindo-se ao governador do estado, Ronaldo Caiado (União Brasil).

Caiado, por sua vez, afirmou que o número de invasões é maior que o dito pelo senador, com 16 registros no estado nos últimos 35 dias. "Nenhuma continuou sequer ali e muito menos por mais de 24 horas", afirmou.

O governador disse ainda que agirá para evitar invasões de terra e que a Constituição protege terras produtivas de desapropriação. "É norma legal e ainda hoje se discute direito de propriedade, que já é uma norma constitucional. Algo impressionante, o quanto nós ainda temos de defender aquilo que é patrimônio, reconhecido pela Constituição brasileira."

Um dos históricos líderes da bancada ruralista no

Congresso, Caiado foi vaiado três vezes nesta segunda ao participar da feira agrícola em Rio Verde.

Duas delas quando teve o nome apontado em discursos por Marchesan e pelo vice-governador, Daniel Vilela (MDB), como possível presidenciável em 2026. A terceira quando foi anunciado para discursar.

O embate entre o governador e o agro ocorre desde o ano passado, quando ele sancionou um projeto que cria uma contribuição sobre produtos agrícolas que ficou conhecida como "taxa do agro".

Entidades como a Aprosoja reagiram e se colocaram contra a cobrança, alegando que elevar **tributos** atingiria toda a população e a economia do estado.

Caiado afirmou que pode ser criticado, mas tem de pensar na responsabilidade de governar 7 milhões de habitantes. "Já fui por muitas vezes aplaudido, por muitas vezes criticado, mas nunca fui criticado por corrupção."

Segundo ele, a contribuição aplicada aos produtores rurais foi implementada para compensar perdas de verbas provocadas por decisões do Congresso.

"É um pedido que faço, a compreensão de cada um de vocês. Não julguem apenas um gesto, me julguem pela minha história. (...) Estamos hoje pedindo ao setor agropecuário, não vai um centavo para o tesouro do estado de Goiás. Toda arrecadação, 100% dela, é repassada à Secretaria da Infraestrutura", disse.

A Folha questionou o Ministério da Agricultura sobre a ausência de representantes do governo na abertura da feira e as críticas feitas pelo agro, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

Apesar das críticas na abertura, a organização da feira aposta em resultados positivos. A previsão é que o país colha 13,8% mais grãos neste ano do que no ciclo anterior. O fim do embargo chinês à carne bovina brasileira também é apontado como um catalisador para o crescimento da pecuária neste ano.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) projeta safra de 309,9 milhões de toneladas de grãos no ciclo 2022/23, apesar de problemas como o clima adverso no Rio Grande do Sul, o que significa 37,5 milhões de toneladas a mais que no período anterior.

Os destaques são a soja, com projeção de aumento de 20,6% (25,9 milhões de toneladas a mais), e o milho, com 10,2% (11,5 milhões de toneladas).

Em sua retomada após um hiato provocado pela pandemia de Covid-19, a Tecnoshow movimentou R\$

10,6 bilhões no ano passado (R\$ 11,19 bilhões, corrigidos pela **inflação**), e tem a perspectiva de ao menos repetir o desempenho neste ano.

A feira, realizada numa área de 65 hectares (o equivalente a 91 campos de futebol) do CTC (Centro Tecnológico Comigo), acontece até sexta (31), com máquinas e equipamentos agropecuários, animais, palestras técnicas e econômicas, ações socioambientais e dinâmicas de pecuária. Até lá, a expectativa é que 130 mil pessoas visitem a Tecnoshow, que tem 650 expositores.

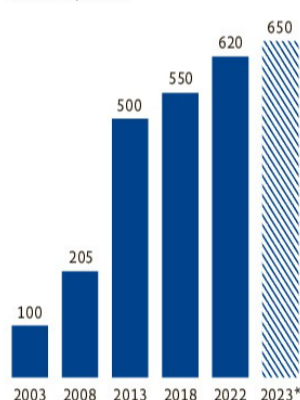
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50229&maxTouch=0&_ga=2.65434090.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*1u5d4yt*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY3OTk4MDE0OC4xOTQuMS4xNjc5OTgwMTYzLjQ1LjAuMA..&_mather=5177e42f3b1821e2

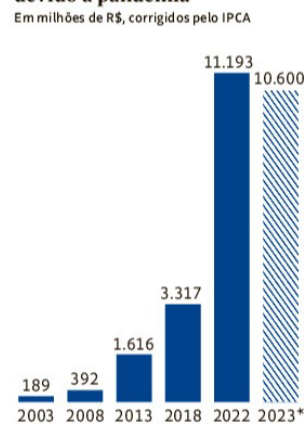
Tecnoshow chega à 20ª edição com recordes



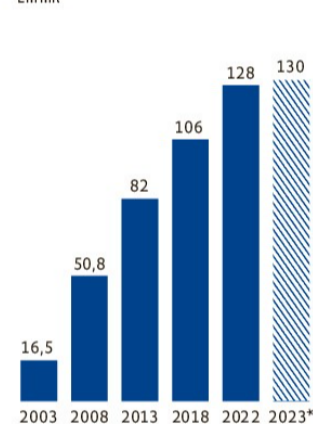
Feira agrícola terá 30 expositores a mais que em 2022
Total de expositores



Vendas tiveram boom em 2022, após hiato de dois anos devido à pandemia
Em milhões de R\$, corrigidos pelo IPCA



Público poderá ser o maior da história
Em mil



* Expectativa da organização do evento

Fonte: Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano)

Prefeitos alegam que ações federais terão impacto de R\$ 500 bilhões nas contas dos municípios

Brasília

|
Bruna Lima, do R7, em Brasília

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) quer pressionar o governo federal para propor soluções para melhorar a saúde financeira dos municípios. Eles afirmaram que as medidas federais sem formas de compensação trazem aos cofres das cidades um custo de mais de R\$ 500 bilhões ao ano. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, antecipou nesta segunda-feira (27) alguns pontos que serão tratados junto a membros da equipe do Executivo Federal durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O objetivo central do evento, que se estende até quinta-feira (30), é acertar soluções para cobrir parte do impacto às contas municipais em razão de ações federais. Ziulkoski exemplificou que os municípios perderam R\$ 21,7 bilhões com a queda na arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As obras paradas trazem impacto de R\$ 23,2 bilhões e arcar com o novo piso salarial dos magistérios acarreta em gastos na casa dos R\$ 50 bilhões.

"Vamos tentar arrumar o que está atrasado. Mas não dá para inovar se nós estamos devendo", disse o presidente do CNM.

Tema levantado por Ziulkoski, o piso nacional da enfermagem seria uma dessas novas despesas que fica prejudicada com a atual falta de caixa dos municípios. "Não há dinheiro para isso", alegou o presidente, completando que os prefeitos vão levar o tema para as conversas com o governo federal.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu liberar R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares para os municípios, o que deve contemplar mais de 3 mil cidades.

Leia também: Nova regra fiscal vai zerar déficit ainda em 2024, diz Tebet

"Vamos agradecer ao governo os R\$ 3 bilhões, mas isso não resolve porque não é para todos", afirmou Ziulkoski. Ele disse que os prefeitos cobrarão, também, por verba para prevenir desastres naturais. "Vai ver o que tem de prevenção esse ano. Zero. Vai ter notícia triste no ano que vem de novo", reclamou o presidente, citando o estado de emergência no Acre e outros estados do Norte e Nordeste em razão das fortes chuvas.

A CNM quer apresentar quatro propostas de emenda à Constituição durante as reuniões que terão com membros do Executivo Federal e do Congresso. Uma delas pretende incluir os municípios em mudanças feitas na reforma da previdência.

Segundo o presidente, "não houve solidariedade federativa". O objetivo da inclusão é atingir os municípios que têm regime próprio de **previdência social**, promovendo uma redução de dívidas previdenciárias.

Outro assunto que será debatido é a **reforma tributária**. Sem especificar quais os pontos defendidos pela CNM, Ziulkoski destacou a necessidade de garantir mais recursos aos municípios por meio de um fundo de participação. "A **reforma tributária** só sai se os prefeitos apoiarem, mas o governo ainda não nos chamou para ouvir os municípios", reclamou.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/prefeitos-alegam-que-acoes-federais-terao-impacto-de-r-500-bilhoes-nas-contas-dos-municipios-27032023>

Renan Filho diz crer que arcabouço vai garantir investimento com sustentação fiscal

Brasília

O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse nesta segunda-feira, 27, que acredita que as novas regras fiscais que estão sendo estruturadas pela equipe econômica do governo vão garantir investimentos no Brasil, com sustentação fiscal. Não conheço os detalhes dos marcos, mas pelo que tenho conversado e visto, acredito que o marco vai garantir algum investimento, com sustentação fiscal, comentou, durante evento promovido pela Arko Advice ao ser questionado se há algum temor que a proposta limite a capacidade de aportes na área de infraestrutura.

Em sua apresentação inicial, o ministro afirmou que sua pasta apoia a **reforma tributária** e o novo arcabouço fiscal, que está sendo elaborado pela equipe econômica, para assegurar os recursos necessários para o desenvolvimento da infraestrutura.

Como tudo na vida, as despesas de um governo precisam ser hierarquizadas. Tem aquele que podemos cortar e o País não sente e aqueles que, se cortar, sente muito. Acho que o País sente muito se cortar completamente investimentos, é o que aconteceu nos últimos anos, disse ele.

Relembrando a comparação feita durante o evento em relação aos investimentos no Uruguai e Brasil, o ministro afirmou que é preciso elencar quais são os investimentos prioritários.

Segundo dados apresentados por Renan Filho em sua apresentação inicial no evento, ele afirmou que, enquanto o Brasil investiu, no ano passado, US\$ 1,45 bilhão no setor, o país vizinho aportou US\$ 1 bilhão.

Porém, afirmou o ministro, o Uruguai possui uma população muito menor. O País não pode escolher investir igual ao Uruguai. Se escolher isso, tem que escolher sabendo que não terá infraestrutura. Não pode ficar aquela conversa de vamos investir pouco e exigir que o governo entregue rodovia boa pois isso, infelizmente, não é possível.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/27/renan-filho-diz-crer-que-arcabouco-vai-garantir-investimento-com-sustentacao-fiscal.htm>

Relator de reforma tributária defende novo sistema com poucas exceções

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que a ideia é reorganizar o sistema de **tributos** do país de forma a que ele tenha poucas exceções, argumentando que são os brasileiros quem pagam a conta de concessões ou benefícios.

Aguinaldo ponderou que para haver tratamento diferenciado dentro do sistema tributário, é necessária uma análise objetiva dos impactos da unificação dos **tributos** em torno do imposto sobre valor agregado (IVA), porque conceitualmente não podemos construir um sistema que nos traga complexidade .

Quando a gente fala do setor de serviços, assim como outros setores, você tem várias especificidades que agente tem que fazer uma avaliação muito realista do impacto realmente daquilo que se tem com IVA. Nós não vamos poder --eu já disse publicamente-- criar um sistema tributário onde a gente atende a todos os setores, porque se não, nós vamos continuar como a gente está, né? , afirmou o deputado no evento Arko Conference, por videoconferência.

Porque no final das contas... Essa conta é paga por todos os brasileiros , acrescentou.

De qualquer forma, garantiu Aguinaldo, o impacto sobre os setores será debatido para a construção do relatório, discussão que contará com a participação de todos os envolvidos, incluindo o governo, que criou uma secretaria especial no Ministério da Fazenda apenas para cuidar da reforma.

Aguinaldo ressaltou que o setor de serviços deve sofrer pouco ou nenhum abalo por conta da reforma já que, segundo ele, nessa fatia 70% das empresas se enquadram no Simples.

O deputado relatou ainda que o grupo de trabalho tem se debruçado sobre as alternativas adotadas por outros países e avaliou que com o uso da tecnologia é possível aumentar a base sem precisar aumentar a carga, além de reduzir a regressividade.

Para ele, a taxa excessiva de alguns setores é a confissão da ineficiência do Estado.

Ainda sobre os impactos da reforma, Aguinaldo lembrou que haverá um processo de transição para as

novas regras.

PATRIMÔNIO E RENDA

Também presente no evento, o coordenador do grupo de trabalho que discute a reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que um dos objetivos do IVA é ampliar a base de arrecadação, defendendo que o governo avalie, paralelamente ao longo do processo de transição, setores não tributados.

Só é possível manter o percentual de carga tributária relacionada ao **PIB** se de fato a base de incidência for ampla , disse Reginaldo.

Só que o IVA tem aí uma transição de 6 anos. Portanto, o governo, ele precisa enfrentar esse setores que não são tributados agora , defendeu, citando como exemplos o setor de apostas eletrônicas e compras online.

De fato, o governo terá que fazer esse enfrentamento aí, ampliar a incidência tributária, na minha opinião, antes da implementação do IVA.

Ao comentar a necessidade de reindustrialização do país e a tentativa de torná-lo mais competitivo, Lopes foi categórico ao dizer que jamais vamos tributar exportação com essa reforma .

Ainda de acordo com o coordenador do grupo de trabalho, a taxa sobre patrimônio e renda será tratada em uma segunda etapa .

No momento, a reestruturação do sistema debatida no grupo de trabalho da Câmara encontra-se em fase de audiências públicas com especialistas e setores envolvidos.

A previsão de Aguinaldo é de divulgar um texto com a conclusão dos debates no grupo em 16 de maio.

Encerrada essa etapa, a proposta pode seguir ao plenário da Câmara. Mas, devido à complexidade do tema, até mesmo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), patrocinador da **reforma tributária**, considerou difícil fixar um prazo para a votação. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a **reforma tributária** precisará receber no

mínimo 308 votos entre os 513 deputados, em dois turnos de votação, para ser aprovada.

Deputados do grupo de trabalho partem de duas PECs sobre a **reforma tributária** -- a 45 e a 110 -- já em tramitação no Congresso, para elaborar o texto a ser submetido ao plenário.

A PEC 45, que tramita na Câmara, prevê a criação de um único imposto sobre bens e serviços nos âmbitos federal, estadual e municipal. Já a PEC 110, do Senado, prevê uma tributação dual: um imposto sobre o valor agregado para a União e outro para os demais entes da Federação.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Relator de **reforma tributária** defende novo sistema com poucas exceções

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/relator-de-reforma-tributaria-defende-novo-sistema-com-poucas-excecoes,3e430d54c189a9fe644c3914bf754020t5nbdq25.html>

Reforma tributária está na pauta da Marcha em Defesa dos Municípios

A **reforma tributária** é uma das pautas mais importantes para os prefeitos na Marcha em Defesa dos Municípios deste ano.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, cobra que os municípios sejam ouvidos no encontro. Ele defendeu a mudança na legislação para que o tributo fique na cidade onde houve o consumo. Atualmente, o dinheiro vai para o município da sede da empresa.

Aqui está o fato gerador, aqui incide, gerou o tributo, aqui pagou e aqui ficou o recurso. Não tem cabimento da forma que está. Daria quase R\$ 17 bilhões por ano que nós estamos deixando de arrecadar .

Existem duas Propostas de Emenda à Constituição para **reforma tributária** no Congresso Nacional defendidas pelo Ministério da Fazenda. Elas sugerem a unificação de vários **tributos** e não vão diminuir a arrecadação dos municípios, segundo o governo federal.

O presidente da CNM disse que a PEC 110 tem boa parte das demandas dos municípios, mas que precisa de mais detalhes.

Na (PEC) 110, está praticamente 80% das nossas reivindicações. Se o relator, já disse ele, acolher (as reivindicações) da 110, que ele está prometendo acolher, nós podemos apoiar a **reforma tributária**. Mas, primeiro, temos que ver. Eu não estou aqui antecipando o apoio não. Mas os municípios precisam disso aí, a sociedade, principalmente, precisa .

A 24ª edição da Marcha acontece em Brasília até quinta-feira (30). Segundo a CNM, 10 mil gestores devem participar. Vão ser mais de 4.100 municípios representados.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2023-03/reforma-tributaria-esta-na-pauta-da-marcha-em-defesa-dos-municipios>

Pela 1ª vez, há sinergia na Câmara para aprovação de texto da tributária, diz relator

São Paulo

O relator da **reforma tributária**, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que, pela primeira vez, há sinergia na Câmara dos Deputados para aprovação do texto. Na avaliação do parlamentar, existe um consenso de que não se pode mais adiar as mudanças no regime de tributação.

Temos um momento diferenciado. Pela primeira vez, temos sinergia na Câmara (para aprovação da reforma). Pela primeira vez, Estados produtores estão a favor de uma **reforma tributária**. Há consenso de que não é mais possível adiar a aprovação da **reforma tributária**, disse Ribeiro em evento da Arko Advice, na tarde desta segunda-feira.

Ainda segundo ele, os municípios, que inicialmente têm apresentado resistências aos textos sobre a reforma em tramitação no Congresso, estão caminhando para evolução do diálogo.

O deputado também destacou a participação do governo federal nas discussões sobre a reforma. De acordo com Ribeiro, ao participar da construção do texto, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ajuda a construir um clima mais favorável para aprovação.

Um ponto que acho muito relevante é a priorização do governo federal, assumindo de forma colaborativa, mas assumindo na sua agenda a aprovação de uma **reforma tributária**. É determinante o governo participar. A estratégia que o governo escolheu, que é acertada, de aproveitar o debate no Parlamento, mas participar ativamente da construção do texto, vai ser determinante para esse ambiente de aprovação, afirmou o relator.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/27/pela-1-vez-ha-sinergia-na-camara-para-aprovacao-de-texto-da-tributaria-diz-relator.htm>

Nova regra fiscal vai zerar déficit ainda em 2024, diz Tebet

Brasília

I
Do R7

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, estimou nesta segunda-feira (27) que o governo federal vai conseguir zerar o déficit nas contas públicas a partir do fim de 2024. A previsão leva em conta as alterações trazidas com o novo arcabouço fiscal, a ser apresentado pelo Executivo.

"O arcabouço trata não só das receitas, mas das despesas, com olhar na estabilização da dívida/**PIB**", afirmou Tebet, durante evento da empresa de consultoria Arko Advice. Segundo ela, o objetivo é "incrementar a receita sem aumentar a carga tributária" e se "comprometer" a zerar o déficit.

Para este ano, o governo prevê um déficit de R\$ 107 bilhões, um número melhor do que a estimativa anterior de R\$ 230 bilhões em razão de uma expectativa de aumento de receita.

A data para a apresentação das novas regras fiscais ainda não foi definida, mas a expectativa é de que ocorra nos próximos dias. As mudanças estarão presentes na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a ser enviada pelo governo ao Congresso até 15 de abril.

Tebet afirmou que o arcabouço "vai agradar a todos, o que não significa que vai agradar 100%". Ela disse acreditar que o Congresso aprovará a proposta, que equilibra flexibilidade para bancar programas sociais e controle de gastos públicos.

A ministra reforçou que não há uma exceção dentro do arcabouço, "mas a possibilidade de um pouco mais de gastos com olhar para saúde e educação".

Durante o evento, Tebet também comentou sobre a queda de braço entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Banco Central.

Apesar de não comentar sobre a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 13,75%, a ministra avaliou que o **comunicado** do Comitê de Política Monetária

(Copom) "veio no tom errado". "Quando dizem que 'não vão hesitar em aumentar os juros, passam uma mensagem errada ao meio político", explicou.

Ela defendeu que a sinalização do arcabouço e da **reforma tributária** deveria constar na análise, ainda que não alterando a taxa de juros. "É óbvio que fatores externos importam e têm que ser colocados na conta, mas também os fatores internos", completou.

A revisão da meta da **inflação**, segundo Tebet, ainda é uma conversa inicial. "É um não assunto porque eu e o ministro Haddad (Fazenda) entendemos que a questão ainda não está posta na mesa."

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/nova-regra-fiscal-vai-zerar-deficit-ainda-em-2024-diz-tebet-27032023>

Haverá espaço para negociação sobre exceções na reforma tributária, diz Gabriel Galípolo

Por Marcelo Osakabe, Valor - São Paulo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, afirmou nesta segunda-feira (27) que a **reforma tributária** vai simplificar e dar mais efetividade à arrecadação, mas que sua tramitação abrirá espaço para a discussão de exceções.

"Sobre receitas novas, em nenhum momento discutimos elevar a carga fiscal. As medidas são para tornar arrecadação mais efetiva e combater evasão", disse Galípolo, que participou de evento da Arko Advice, em São Paulo.

Questionado sobre a dificuldade em angariar consenso para a aprovação da reforma, Galípolo disse que a adesão está grande no Congresso e que, mesmo diante da peregrinação de representantes de setores da economia à Brasília para pedir continuidade dos regimes especiais, a posição do governo é de "arrumar o todo".

"Mas é claro que vai ter que existir espaço para alguma negociação" sobre exceções na reforma, ponderou.

Ainda em relação à tributação, Galípolo comentou que a exceção ao aumento da tributação ocorrerá sobre atividades não reguladas, como os sites de apostas na internet.

Metas de **inflação**

Galípolo afirmou também que o governo não pretende adiantar a discussão sobre as metas de **inflação**, que ocorre tradicionalmente no encontro de meio de ano do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Galípolo ressaltou a importância de manejar bem as expectativas do mercado econômico. Ele disse ainda que o tema foi colocado em discussão presidente da República e que, desde então, economistas renomados do mercado financeiro têm discutido a questão e se colocado em favor de uma mudança.

O secretário-executivo não quis tecer comentários sobre os nomes indicados para a diretoria do Banco

Central. Ele apenas comentou que os nomes já estão com o presidente Lula.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/27/havera-espaco-para-negociacao-sobre-excecoes-na-reforma-tributaria-diz-gabriel-galipolo.shtml>

Shoppings pedem exclusão de receita de aluguel em novo imposto na reforma tributária

Painel S.A.

Em sua última reunião com o secretário Bernard Appy e parlamentares, o presidente da associação de shoppings Abrasce, Glauco Humai, afirma que defendeu a exclusão das receitas de aluguéis do setor no novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviço).

Humai diz que sente boa receptividade do governo e do Congresso às propostas do setor.

"Nós não somos contra a reforma. Aachamos necessária, porque ela vai trazer investimento e vai aumentar a competitividade e a produtividade, mas, em um ambiente tão complexo e já consolidado no Brasil, partir para uma alíquota única do IBS é bem complicado", diz.

Ainda segundo Humai, se o IBS incidir sobre os aluguéis, a sugestão da entidade é que não esteja na alíquota máxima.

A Abrasce estima que uma alíquota de 25% do novo tributo elevaria a carga tributária dos shoppings em até 584%.

Glauco Humai também sugere a transferência de créditos do novo imposto entre shoppings de um mesmo grupo. "Os shoppings não são filiais. Cada um tem um CNPJ, é uma empresa constituída. Então, [a proposta é que] se dois ou dez shoppings fizerem parte do mesmo grupo econômico, como Iguatemi ou Multiplan, por exemplo, eles poderiam trocar créditos", afirma. Segundo ele, os créditos seriam abatidos posteriormente sobre o imposto.

Joana Cunha com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/03/shoppings-pedem-exclusao-de-receita-de-aluguel-em-novo-imposto-na-reforma-tributaria.shtml>

Governo tenta conter pressão por exceções na reforma tributária



Danielle Brant

Mesmo com a posição firme do governo na defesa de uma **reforma tributária** sem exceções, setores já se articulam para tentar obter um tratamento favorecido no texto em meio a temores de aumento da carga tributária e elevação de custos.

Desde que as discussões foram retomadas no começo de 2023, a principal voz contra a adoção de uma diferenciação entre setores é a do secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

Em entrevista à Folha no começo de março, ele defendeu que a reforma seja a mais homogênea possível e afirmou que "quanto mais exceção tiver [...], maior tem que ser a alíquota básica para poder manter a carga tributária".

Na terça-feira (21), em reunião da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), Appy voltou a defender que o texto evite as flexibilizações. "A gente sabe que, por uma questão política, vai acabar tendo algumas exceções", disse. "O ideal é que seja o mínimo possível, a regra mais homogênea possível." No dia seguinte, em evento da CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde), ele reconheceu ser "muito provável que acabe tendo alguns tratamentos diferenciados para alguns setores. "Muito provavelmente o setor de saúde vai estar entre esses, já tem sinalizações disso", complementou. "A decisão se vai ter será do Congresso Nacional." No grupo de trabalho que discute o tema, as confederações setoriais começam a ser ouvidas em audiências nesta semana na quarta-feira (29) há a previsão de participação da ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Na primeira tentativa de discutir a reforma, em 2021, um rol de setores recebeu a sinalização de que poderia ter algum tratamento diferenciado no texto final.

Atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais, educação, saúde, transporte público coletivo e rodoviário de cargas e entidades beneficentes de assistência social são citadas no substitutivo apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator na comissão mista que analisou o mérito das PECS45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e 110, do Senado. O colegiado acabou extinto em maio de 2021 por falta de previsão regimental, nas palavras do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Nas discussões de 2023, saúde, educação e agronegócio são citados como potenciais exceções a constar do texto final de Ribeiro, escolhido novamente para relatar a PEC.

Os setores defendem a necessidade de um tratamento diferenciado. A CNSaúde encomendou um estudo à LCA Consultores que apontou para um aumento de carga de 9,9% para 25% 332%, caso seja adotada uma alíquota única.

"Os argumentos do secretário são de que haverá aumento do **PIB** e que a facilitação burocrática do sistema trariam ganhos. Só que esses ganhos são possíveis ou não", diz o presidente da confederação, Breno Monteiro.

Ele argumenta que o setor de saúde tem desequilíbrios, com operadoras de planos apresentando déficit e aumento de custo de insumos.

Com um aumento e repasse de custos, complementa, poderia haver uma fuga de pessoas do setor privado para o sistema público de saúde.

Na educação, a argumentação segue linha parecida. A professora Amábile Pados, do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, afirma que o setor privado, com a educação básica e o ensino superior, desobriga o Estado a arcar com R\$ 280 bilhões.

"Isso significa que, se a gente cessar as nossas atividades, esse é o dinheiro que o governo tem que pôr [na rede pública] para manter as crianças e jovens que estão estudando conosco", afirma.

"Não pode mais haver one-ração para agente, porque significaria diretamente aumento de mensalidade." O agro cita a experiência internacional para defender que o setor tenha um regime especial na reforma.

"Países que usam o IVA, principalmente os da OCDE, têm tratamento favorecido para as atividades agropecuárias. De 35 países, 4 não têm alíquota favorecida para o agro, que são Chile, Dinamarca, Estônia e Nova Zelândia. São países que não têm tradição de produção agropecuária como o Brasil", afirma Renato Conchon, coordenador do núcleo econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

No relatório de 2021 da PEC 45, o regime especial para o setor tinha caráter temporário, o que é criticado por Conchon. "Esse tratamento diferenciado estaria previsto apenas durante a transição dos **impostos**. Depois que o IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] começasse a valer, essa transição acabaria e seria alíquota única para todo mundo. A gente quer o tratamento favorecido para o agro e para os outros setores de maneira permanente na Constituição." No caso do setor de transportes, que também teve previsão de regime especial transitório no substitutivo de 2021, a crítica envolve a falta de transparência sobre os dados.

"A gente pede desde o governo anterior que a **Receita Federal** demonstre os números para justificar a alíquota. Por que tem que ser 25% ou 32%?", questiona o presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), Vander Francisco Costa.

Para ele, a desoneração da folha de pagamentos ajudaria a compensar esse aumento de carga tributária que seria decorrente da reforma.

"São duas situações distintas. No transporte de cargas, o aumento agente vai repassar para a escala e onerar o produto final. Mas passageiro é complicado", diz. "Se você pegar uma alíquota de transporte de passageiro urbano, que hoje paga ISS de 3% a 5%, e jogar 25% [de tributo], aumenta a passagem de ônibus de 20% a 30%. É um problema."

A CNT defende três alíquotas: uma básica, para a maior parte dos setores; uma alíquota menor para serviços essenciais como saúde, educação e transporte de passageiros, e uma alíquota seletiva para majorar o imposto de itens como tabaco e bebida alcoólica.

A desoneração sobre salários é defendida pelos setores de serviços e comércio. Luigi Nese, presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), afirma que a carga maior sobre o setor é salário, que pode representar até 80% do custo. "Se não fizer a desoneração da folha de pagamento, essa **reforma tributária** não passa de jeito nenhum."

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50227&maxTouch=0&anchor=6474859&pd=36bdfa541fe8b1b9b5e67b70aa631395>